

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUEDAS DO IGUAÇU **PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP)**

POP 01 – Fluxo e Regras para Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

Município: Quedas do Iguaçu – PR

Regional de Saúde: 10ª Regional de Saúde – Cascavel

Versão: 1.0

Data de Emissão: 14/08/2025

Validade: 2 anos (revisão até 14/08/2027)

Sector Responsável: Central de Regulação e Transporte Sanitário

1. Objetivo

Estabelecer critérios, responsabilidades e fluxo de atendimento para garantir aos usuários do SUS de Quedas do Iguaçu o acesso ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD), para procedimentos de média e alta complexidade não disponíveis no município ou na 10ª Regional de Saúde – Cascavel, conforme a Portaria SAS/MS nº 055/1999 e demais normativas vigentes.

O Tratamento Fora de Domicílio – TFD é um instrumento legal do Sistema Único de Saúde (SUS) destinado a garantir o acesso de pacientes a procedimentos de média e alta complexidade que não possam ser realizados no município de origem, por inexistência do serviço ou falta de condições técnicas para sua execução.

O TFD consiste no custeio do deslocamento do paciente e, quando previsto na legislação e devidamente justificado, de um acompanhante. O encaminhamento é realizado para Unidades de Saúde localizadas em outros municípios ou estados, sendo o custeio limitado ao período estritamente necessário para a realização do tratamento ou procedimento indicado.

Após a conclusão do atendimento, a continuidade do tratamento deverá, sempre que possível, ser transferida para o município ou estado de origem. Essa avaliação compete às equipes regionais responsáveis, que analisarão a viabilidade técnica e assistencial do retorno, garantindo que o paciente receba acompanhamento adequado próximo de sua residência.

2. Abrangência

Este POP aplica-se:

- Às Unidades Básicas de Saúde (UBS), ESF e demais serviços do município;
- Ao setor de Regulação Municipal;
- Aos serviços de transporte sanitário;
- Aos usuários e acompanhantes beneficiados pelo TFD.

O município garante, conforme legislação vigente e disponibilidade orçamentária:

- Transporte para deslocamento até o local do tratamento;
- Ajuda de custo para alimentação;
- Hospedagem em casa de apoio/pensão, quando necessário.

3. Critérios para Concessão do TFD

1. Comprovar residência em Quedas do Iguaçu (documento válido e atualizado).
2. Comprovar inexistência do tratamento no município e na 10ª Regional de Saúde – Cascavel.
3. Apresentar negativa formal de atendimento na Regional (quando aplicável).
4. Encaminhamento médico detalhado com CID, hipótese diagnóstica e justificativa clínica.
5. Exames e laudos complementares que comprovem a necessidade.
6. Atendimento prioritário para:
 - Casos suspeitos ou confirmados de câncer;
 - Gestantes, crianças até 5 anos e idosos com risco clínico;
 - Doenças crônicas descompensadas;
 - Situações de urgência reguladas pela Central.

4. Documentação Necessária

- Cartão SUS atualizado;
- Documento de identidade com foto (paciente e acompanhante, quando houver);
- CPF;
- Comprovante de residência (últimos 90 dias);
- Encaminhamento e relatório médico;
- Negativa formal da 10ª Regional (se necessário);
- Documentos do responsável legal (no caso de menores/incapazes).

5. Solicitação de TFD

5.1 Documentos necessários para compor o processo

Para formalizar a solicitação de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), o paciente ou responsável legal deverá apresentar:

- Formulário de Pedido de Tratamento Fora de Domicílio – PTFD, contendo laudo médico, preenchido de forma legível, em original e cópia;
- Cópia da Certidão de Nascimento (paciente menor de idade) ou Carteira de Identidade;
- Cópia da Carteira de Identidade do acompanhante, se houver;
- Comprovante de agendamento do procedimento a ser realizado;
- Cópia dos resultados de exames (quando houver);
- Laudo para emissão de APAC (Autorização para Procedimento de Alta Complexidade), quando se tratar de TFD intermunicipal ou interestadual, conforme pactuação vigente.

5.2 Competências no TFD Intermunicipal

5.2.1 Unidade Solicitante

- Certificar-se da inexistência do serviço no município;
- Providenciar junto ao paciente ou responsável os documentos listados no item 2.1;
- Emitir laudo médico em formulário próprio do TFD;

- Encaminhar toda a documentação à Secretaria Municipal de Saúde.

5.2.2 Secretaria Municipal de Saúde

- Analisar e autorizar (ou não) a solicitação de TFD;
- Agendar o atendimento no município de referência mais próximo;
- Avaliar a necessidade de transporte sanitário ou ambulância;
- Providenciar aquisição de passagens e ajuda de custo;
- Orientar o paciente quanto aos materiais e insumos necessários para o deslocamento.

6. Concessão do TFD

6.1 Situações em que poderá ser autorizado

- Pacientes atendidos na rede pública ou conveniada do SUS;
- Quando esgotados todos os meios de tratamento no município/estado;
- Distância superior a 50 km entre município de origem e destino (exceto casos previstos em norma);
- Garantia formal de atendimento no destino;
- Transplantes de órgãos fora do estado, quando indicado e cadastrado no serviço de referência do SUS.

6.2 Situações em que não será autorizado

- Procedimentos não constantes na tabela SIA/SIH-SUS;
- Tratamento fora do país;
- Pagamento de UTI aérea;
- Diárias durante internação hospitalar no destino;
- Procedimentos do Piso de Atenção Básica (PAB);
- Custeio de acompanhante sem indicação médica;
- Deslocamentos inferiores a 50 km (exceto casos justificados).

7. Acompanhante

- Necessidade deve ser justificada pelo médico no formulário próprio;
- Permitido apenas 1 acompanhante maior de 18 anos, fisicamente apto;
- Para menores de 18 anos, autorizado 1 acompanhante (pai, mãe ou responsável);
- Casos especiais (idosos, lactentes, pacientes com deficiência) serão analisados individualmente;
- Não será permitida substituição de acompanhante após emissão de bilhetes, salvo situações excepcionais e devidamente comprovadas.

8. Fluxo Operacional

Passo 1 – Avaliação Clínica

- Profissional da UBS/ESF avalia o paciente e, se necessário, emite encaminhamento com justificativa técnica.

Passo 2 – Encaminhamento via Sistema

- Registro no sistema G-SUS anexando toda a documentação digitalizada.

Passo 3 – Regulação Municipal

- Analisa critérios, classifica prioridade e encaminha para busca de vaga via 10ª Regional ou outros pactuados.

Passo 4 – Agendamento e Comunicação

- Após a confirmação, o paciente é informado sobre data, hora e local, recebendo instruções para transporte e/ou hospedagem.

Passo 5 – Transporte e Apoio

- Transporte sanitário municipal ou reembolso conforme protocolo.
- Orientações sobre hospedagem e alimentação quando necessário.

Passo 6 – Retorno e Registro Final

- Registro do atendimento realizado, devolução de comprovantes e arquivamento em formato físico ou eletrônico.

6. Responsabilidades

- Paciente/Acompanhante: Apresentar documentação completa, cumprir horários, seguir orientações e comunicar imprevistos.
- Profissional de Saúde: Emitir encaminhamento detalhado e orientar paciente.
- Recepção da UBS: Conferir documentos e auxiliar no cadastro.
- Central de Regulação: Conferir critérios, buscar vaga, agendar e manter registro atualizado.
- Setor de Transporte: Organizar e garantir deslocamento seguro.

7. Disposições Finais

- Faltas sem justificativa podem levar à suspensão temporária do benefício.
- Situações excepcionais serão avaliadas individualmente.
- Revisão deste POP será feita sempre que houver atualização normativa.

Equipe Secretaria Municipal de Saúde de Quedas do Iguaçu- PR